

Governador de SC vai ao Supremo questionar lei estadual

O governador catarinense Espiridião Amin entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade contra alguns dispositivos da Lei Estadual nº 11.222/99. A lei regula a política de preservação, recuperação e utilização sustentável dos ecossistemas do Complexo Lagunar Sul.

De acordo com o pedido, a lei afronta o princípio da separação dos poderes. O procurador-geral do estado afirmou que, conforme determina a Constituição Estadual, em seu artigo 50, parágrafo 2º, inciso VI, a competência é exclusiva do governador,

Outra questão levantada pelo procurador é a despesa. “O Poder Executivo, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente, terá aumento de despesas com a criação e a coordenação de comissão executiva e grupos de trabalho” como estipula a lei catarinense. A ação ainda não foi distribuída a um relator.

ADI 2.707

Date Created

26/08/2002